



2297 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 16 - Relações Étnico-Raciais

Negras, professoras e cotistas: saberes construídos na luta pelo exercício da docência
Priscila Nunes Pereira - UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPQ

RESUMO: O texto apresenta conclusões parciais de estudo realizado no mestrado em Educação. Trata dos saberes construídos por 6 professoras negras, selecionadas em política de ação afirmativa, a partir de uma experiência de negação, deflagrada via questionamento legal, acerca de seu ingresso na carreira docente – ensino público municipal. A análise refere-se ao processo judicial impetrado pelo TCE/RS no ano de 2006, que considerou inconstitucional a nomeação de professoras/es cotistas negras/os que ingressaram no primeiro concurso com cotas do município de Porto Alegre. A partir de abordagem qualitativa, com metodologia que agrega Pesquisa Ativista e História Oral - entrevistas compreensivas, observa as aprendizagens desenvolvidas por este grupo de professoras na situação concreta de questionamento do seu exercício profissional.

Negras, professoras e cotistas: saberes construídos na luta pelo exercício da docência

RESUMO: O texto apresenta conclusões parciais de estudo realizado no mestrado em Educação. Trata dos saberes construídos por 6 professoras negras, selecionadas em política de ação afirmativa, a partir de uma experiência de negação, deflagrada via questionamento legal, acerca de seu ingresso na carreira docente – ensino público municipal. A análise refere-se ao processo judicial impetrado pelo TCE/RS no ano de 2006, que considerou inconstitucional a nomeação de professoras/es cotistas negras/os que ingressaram no primeiro concurso com cotas do município de Porto Alegre. A partir de abordagem qualitativa, com metodologia que agrega Pesquisa Ativista e História Oral - entrevistas compreensivas, observa as aprendizagens desenvolvidas por este grupo de professoras na situação concreta de questionamento do seu exercício profissional.

Considerações iniciais: a Lista Negra e suas transgressões

No ano de 2003, Porto Alegre, foi a primeira capital do Brasil a implementar políticas afirmativas, através da reserva de vagas em concursos públicos para provimento de seu quadro funcional instituída pela Lei Complementar Municipal nº 494/03 (LCM 494/03). As primeiras nomeações deste concurso aconteceram em 2005. Ocorre que, em 2006, após mais de um ano de atuação em escolas da rede, 9 professoras e 1 professor, tiveram suas nomeações questionadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE/RS), que entrou com ação judicial, negando os atos de admissão dessas/e professoras/or e considerando a política de cotas inconstitucional. A partir de então, um grupo de professoras negras cotistas iniciou um processo de mobilização para a manutenção das suas nomeações e da política de cotas nos concursos municipais. Esse é o mosaico que compõe a análise das narrativas de 6 professoras negras cotistas com quem dividi o processo de investigação da dissertação de mestrado em Educação, cujas considerações parciais apresento neste trabalho.

Assim, os objetivos do presente artigo é (re) conhecer as estratégias elaboradas por estas professoras para a manutenção das suas nomeações e da política de cotas no município, observando quais foram as posturas institucionais da administração municipal e do TCE/RS naquele momento e também inferir sobre as aprendizagens elaboradas pelas professoras cotistas entrevistadas a partir de uma situação de impedimento. Essas estratégias são analisadas como saberes próprios construídos na organização coletiva, fundamentadas na categoria de Movimento Negro Educador (GOMES, 2017).

Com esta intenção, na produção do caminho metodológico, realizei três escolhas fundamentais: a História Oral através de realizações de entrevistas compreensivas e a Pesquisa Ativista inspirada em Radha D'Souza (2014) e Rosália Lemos (2016).

Nesta concepção, segundo Radha D' Souza, a pesquisa ativista adota um ponto de vista, a partir dos oprimidos:

La calidad del conocimiento producido por la investigación tiene que evaluarse, en último término, en función de su potencial transformador, es decir, sobre la base de su capacidad para transformar las relaciones injustas y desiguales que existen en el mundo tal como lo conocemos, así como para transformar radicalmente las estructuras que generan opresión, desigualdade e injusticia (D'SOUZA, 2014, p.122).

Nesta prerrogativa, entendo que cumpre a pesquisa (re) conhecer, divulgar e analisar os conhecimentos produzidos por aquelas/es que vivem relações injustas e sociais, e desenvolver conceitos latentes para explicar a realidade e instrumentos/ferramentas/estratégias de análise capazes de apontar formas de lidar com ela a partir destas existências. Seguindo este entendimento, as professoras aqui entrevistadas passam de somente sujeitos de pesquisa para **colaboradoras** desta, pois são delas os conhecimentos produzidos durante a ação judicial de questionamento das ações afirmativas no município de Porto Alegre no ano de 2006, e estão aqui narrando dialeticamente com a pesquisadora, suas construções e perspectivas sobre o processo de implementação das cotas nos concursos do município. Assim, inspirada pelos princípios da Pesquisa Ativista Feminista Negra, o que se torna objeto desta pesquisa são as consequências dos sistemas de opressão estabelecidas na sociedade na vida das mulheres negras, com foco nas estratégias e relações que estas desenvolveram para contraporem estas opressões coexistentes (LE MOS, 2016, p. 41).

No funcionamento dos sistemas de opressão que vivenciamos na sociedade brasileira, a raça, classe e gênero são aqui entendidas como estruturantes neste sistema, levando em conta que:

(...) o racismo é crucial na estruturação de nossa opressão, enquanto mulheres negras, no Brasil, e que raça constitui um eixo de poder organizador da opressão de gênero. Sendo fundamental, para isso, tomar as experiências vividas com os processos de opressão para investigar as próprias opressões, ou seja, aprender a identificar, nas experiências cotidianas, os ensinamentos de práticas de resistência desenvolvidas para enfrentar o racismo, o sexismo e as relações patriarcais, e a heteronormatividade. Aprender a transformar as experiências em lentes para olhar e interpretar o mundo" (CARDOSO, 2013, p.9.)

Objetivando tornar as experiências das professoras negras cotistas em lentes para olhar e interpretar nossa história, ainda em diálogo com Rosália Lemos, compete destacar que as professoras entrevistadas estão aqui compreendidas como colaboradoras, pois algumas prerrogativas instituídas pela autora em relação a pesquisa ativista com mulheres negras foram realizadas, tais como: "A mulher negra não se configura em sujeito/objeto a ser investigada; apresenta domínio intelectual e prático sobre o objeto; é protagonista política; faz a auto apresentação para ser incorporada à pesquisa" (LEMO, 2016, p.44).

Ademais, inspirada pelo estudo pioneiro de Nilma Lino Gomes sobre professoras negras na cidade de Belo Horizonte em 1994, assim como a autora, as nomeio como colaboradoras pois, "sinto-me comprometida com essas mulheres, e compromissada comigo mesma enquanto mulher negra e educadora" (p.10). Por entender que o conhecimento constrói-se de forma compartilhada, resalto que estive ciente de que sou a responsável pela consecução dele, conforme compromisso estabelecido com estas professoras e com as regras da produção acadêmica.

É em diálogo com estas colaboradoras que pretendo contribuir com o conhecimento histórico-social das agências elaboradas por negras e negros na história do Brasil, influenciada pelo Movimento Negro brasileiro (GOMES, 2017) que a séculos reescreve a história do país.

A partir desta herança conceitual e teórica, de caráter não-neutra, forjada pelo Movimento Negro que faço esta análise. Por isso, optei também fazer uso da metodologia da História Oral por compartilhar a ideia de que a linguagem, na forma oral, "pode ser uma forma de perpetuação do universo conhecido, mas também uma estratégia de resistência e transformação, à medida que existe a possibilidade de se manipular a cultura através da linguagem" (PINTO, 2015, p.64). A escuta e análise das palavras ditas pelas professoras cotistas, são aqui compreendidas como formas de reinterpretação de suas práticas culturais e educativas, uma vez que "apesar de conviverem com o padrão dominante institucional, elaboram certas práticas, criam, reinterpretem significados de acordo com sua experiência existencial" (MEINERZ, 2009, p.118). Como a presente pesquisa tem um caráter de estudo sobre trajetórias de mulheres negras, dentro de um projeto coletivo, acredito que seus relatos orais possam trazer elementos para expansão da compreensão sobre a história das lutas do povo negro no Brasil.

Trata-se, portanto, de uma maneira de fortalecer as falas negras femininas como produtoras de saberes, buscando romper com a construção social racista e sexista que as educa para o silêncio. Alia-se a este potencial metodológico o desejo de compreender como os próprios grupos operam suas memórias e narrativas, coletivas e individuais, construídas no contexto de uma sociedade racista e racializada. Entendo estes grupos numa dimensão plural, evitando qualquer forma de homogeneização, buscando não uniformizar o que seria a memória coletiva de um grupo negro, universalizada para todos os demais.

Fui aos encontros com essas mulheres, sem esquecer a tensão que existe na ação de rememorar entre quem fala e quem escuta, assim como sua dimensão subjetiva relacional. Porém, existiram alguns facilitadores que propiciaram uma relação de confiança entre a pesquisadora e as professoras cotistas colaboradoras desta pesquisa, como a prática e a defesa em comum que compartilhamos de uma educação antirracista. Esta facilidade de relação entre as duas partes envolvidas na pesquisa, não deixou de gerar tensões, mas de alguma maneira por partilharmos um mesmo "vocabulário de luta" enquanto mulheres negras no Rio Grande do Sul, desenvolvemos uma relação de confiança desde os primeiros contatos, onde iniciou-se um processo de dialética do espelho.

Cabe destacar que devido a diversos fatores como tempo, comunicação e escolhas, das/o 10 docentes que tiveram suas nomeações enquanto cotistas questionadas, a escolha pelas 6 professoras colaboradoras desta pesquisa se relaciona ao objetivo primeiro da investigação de (re) conhecer as estratégias elaboradas pelas professoras para a manutenção da política, já que, foram estas 6 professoras as que forjaram a luta política no município de Porto Alegre.

"O TAPÃO NA CARA!": O processo de questionamento das cotas pelo Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul

Como apontado em pesquisas anteriores (GOMES, 1994; NASCIMENTO, 2013; FELIZARDO, 2009), mulheres negras na carreira docente enfrentam uma longa jornada de impedimentos sociais até chegar no exercício de suas funções profissionais e mesmo no ambiente de trabalho estas não estão ilesas de situações racistas. No caso da presente pesquisa, as professoras tiveram mais um obstáculo concreto: tiveram seu exercício profissional questionado devido ao julgamento de inconstitucionalidade das cotas nos concursos do município de Porto Alegre perpetrado pelo TCE/RS. Contudo, ativaram redes e criaram formas de avançar tanto no campo individual quanto na continuidade das políticas afirmativas no município.

Sabemos que são diversas as formas de violências que as mulheres negras enfrentam na sociedade brasileira e as estatísticas demonstram isso: As mulheres negras representam 58,86% das mulheres vítimas de violência doméstica, 53,6% das vítimas de mortalidade materna, 65,9% das vítimas de violência obstétrica, 68,8% das mulheres mortas por agressão. Além disso, entre 2003 e 2013, houve uma queda de 9,8% no total de homicídios de mulheres brancas, enquanto os homicídios de negras aumentaram 54,2%^[1]. Porém, entendendo violência como qualquer ato ou conduta que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual e psicológico, aumentamos o espectro da incidência das violências para além das físicas e corporais.

Nessa ótica, cabe reforçar que o racismo é aqui entendido como uma violência que atingi aspectos físicos-biológicos, materiais, econômicos, simbólicos e psicológicos, já que as práticas racistas "que permeiam a sociedade brasileira na contemporaneidade, manifestam-se por meio de mecanismos rotineiros, violam e negam direitos humanos e agride a dignidade humana" (ARAÚJO, 2014, p.80).

O título desta sessão, "O tapão na cara" refere-se a forma como a professora Carlá^[2] descreveu o processo em que o TCE/RS iniciou contra a nomeação dela e das demais 8 professoras e 1 professor no ano de 2006. A metáfora do "tapão na cara" empregada pela professora sobre esse processo expressa o que significou aquela situação na vida das professoras negras cotistas: como mais uma forma de violência que nega direitos, mas que também fez emergir um processo *outro* de conscientização da realidade social.

Como as professoras estavam atuando a mais de um ano como professoras na rede municipal, estas receberam uma comunicação oficial da SMA- Secretaria Municipal da Administração de Porto Alegre informando sobre o processo judicial. Nesta comunicação contava que todas deveriam comparecer a secretaria para serem informadas da situação judicial. Sobre o momento em que todas se encontraram para receber a notícia oficial da notificação do TCE/RS, a professora Jaqueline fala que:

(...) chamavam individualmente, não foi uma chamada em grupo para aquele grupo... "ah fulano de tal, tá aguarda aí"...tu entrava na sala e eles te davam a notícia, tu não entendia muito bem no início, né... "ah o TCE está questionando a nomeação de vocês dos cotistas"...e aí saía daquela sala encontrava o pessoal que também já tinham recebido a notícia "gente, o que a gente vai fazer? ", e dali se constituiu um grupo.

Perguntei maiores detalhes sobre aquele momento a professora Carolina, ao que ela me respondeu:

(...) assim, olha, não sei nem como te relatar direito o que aconteceu porque foi um corre-corre, sabe, era indo para um lado para ver isso e advogado para o outro, cada uma foi fazendo uma coisa e tentando achar as pessoas, aí uma a outra já conhecia, sabe, uma parte que fica borrada na lembrança da gente porque foi muito rápido (...).

Este “*borrado da lembrança*” se justifica pelo momento traumático que essas professoras vivenciaram, pois receberam uma notícia que não esperavam e que negava suas admissões e logo, o trabalho pedagógico que vinham desenvolvendo a mais de um ano nas escolas, e mais, a emergencial necessidade de agir rapidamente, de terem que se questionarem coletivamente “*gente, o que a gente vai fazer?*”, de organizarem-se politicamente para manter suas nomeações e defender a política de cotas. A narrativa desses fragmentos “borrados” de uma situação negativa que viveram, demonstra que o trabalho da memória é composto por “pedaços do passado” (ALBERTI, 2004, p.15) feitos tanto de lembranças quanto de esquecimentos.

No seguimento da solicitação do TCE/RS de impugnação das nomeações, as professoras com o apoio do Movimento Negro da cidade, do Sindicato dos Municípios/SIMPA iniciaram um amplo processo de resistência, contando com o apoio da Prefeitura através da Procuradoria Geral do Município-PGM e da SMED.

Esse apoio da PGM deve-se ao fato de que o processo do TCE foi direcionado ao Prefeito do Município na época, José Fogaça, pois, é de responsabilidade do Prefeito as nomeações. O TCE ao auditar as contas do Município considerou ilegal o ato de admissão promulgado pelo Prefeito de 10 cotistas e a própria política de reserva de vagas do Município- LCM 494/03. Desta forma, o indiciado no processo era o Prefeito e as/o 10 contratadas/o eram consideradas/o na peça judicial como interessados ou como descrito no ofício da SMA, “atingidos”. Como explica a professora Carla: “(...) *na verdade eles não estavam citando a gente, né, eles estavam entrando na justiça contra a Prefeitura. Só que como a gente tinha a ver com o processo, eles mandaram cópia do documento para todos os 10*” (CARLA, 2017).

Em entrevista ao jornal Zero Hora no dia 26 de julho de 2006, o relator do processo do TCE, o auditor Pedro Henrique Poli de Figueiredo expos que considerava as cotas ilegais, pois feriam o princípio constitucional da igualdade e que a sua decisão: “(...) não tem conotação racial nem discriminatória, mas se baseia na análise técnica e jurídica da questão. Meu voto não é, necessariamente, resultado da minha opinião. Gostaria de ver uma norma constitucional que estabelecesse as cotas”^[3].

Porém, na percepção das professoras entrevistadas essa ação judicial tinha conotação racial e discriminatória, já que não estava levando em conta a realidade social e toda a discussão política e jurídica elaborada pelo Movimento Negro dentro da administração municipal para aprovar a LCM 494/03. No depoimento abaixo da professora Luciane vemos qual era sua percepção daquele processo:

Porque todos são iguais perante a lei (risos), ele dizia isso, o cara do Tribunal de Contas. Mas que todos são iguais perante a lei se tu tem, por exemplo, uma lei que diz que a mulher vai ter um período que é diferente, tu tem a lei da criança, tem a lei do idoso, não existe isso de todos... não, todos são diferentes. Tem leis inclusive que protegem determinados setores, segmentos, em função disso. Então, eles utilizavam isso para querer derrubar todo esse processo de cotas, né.

Sem condições econômicas de pagar um advogado particular, as professoras continuaram sua mobilização, indo a Câmara Municipal de Vereadores e a Assembleia Legislativa do RS. Das representações políticas que as apoiaram, as professoras citam por exemplo, o então Deputado Estadual, Edson Portilho, que inclusive as indicou para o MNU-Movimento Negro Unificado do RS:

(...) era Portilho o sobrenome dele, que defendia as causas negras...Portilho era o sobrenome o nome não me lembro mais, aí fomos nele e ele nos sugeriu entrar em contato com o Onir e aí que levamos a causa para o Onir ver o que ele achava, aí o Onir falou que iria nos defender como parte do trabalho dele junto ao MNU que não iria ter custos para a gente (...) (CAROLINA, 2017).

(...) aí depois então que teve a estrutura do Movimento Negro Unificado aí na pessoa do Onir como advogado que fez toda a luta...tipo assim “não gurias essa aí é uma luta do movimento também e não vai ter custos”, aí a gente se sentiu amparado naquele momento, estávamos assim sem saber para que lado ir (JAQUELINE, 2017).

Com o apoio do MNU na representação jurídica do advogado Onir Araújo, as professoras iniciaram uma ampla campanha de mobilização. Pelo o que foi indicado nas entrevistas, este apoio do MNU foi fundamental para a construção dos seus argumentos políticos para a defesa da política de cotas, pois a papel do advogado foi dar-lhes apoio jurídico, já que a defesa oficial no processo cabia a PGM.

No entanto, cabe destacar que antes do apoio dessas redes, as professoras já começaram a sua mobilização coletiva a partir do momento que receberam a notícia do possível cancelamento das nomeações. No dia 29/07/2006, a professora Carolina lançou, por sua página pessoal da rede social Orkut, o Manifesto “A LISTA NEGRA”, em que as integrantes do grupo convocavam

(...) todas as pessoas que lutam por uma sociedade mais justa, que vise reparar as injustiças sociais cometidas até então através de mecanismos e poderes institucionalizados, QUE ABRAÇEM CONOSCO esta causa, que não é só a defesa de nossos empregos aos quais temos o direito, pois cumprimos todos os requisitos exigidos para sermos admitidos, mas, principalmente a luta por um país realmente para todos.

A partir da primeira manifestação pública das professoras, já é possível observar que estas mulheres expressavam um entendimento singular sobre as políticas de ações afirmativas. Tal compreensão transgrediu a dimensão individual da apropriação dessas ações, na medida em que conecta as cotas raciais nos concursos públicos com as políticas de reparação histórica – confirmadas em acordos internacionais e nos movimentos negros da diáspora, construindo um enfoque coletivo para tais políticas e seus efeitos judicializantes.

Laura López, que acompanhou o processo de negociação, discorre que na primeira reunião com membros do TCE estavam presentes as professoras e mais dez representantes dos movimentos sociais:

(...) o relator teve um apelo pessoal para justificar que não era racista a partir de referências cotidianas de relacionamento com pessoas negras (amigos, empregadas domésticas). Uma outra questão referida foi que o relator justificou o parecer como uma decisão técnica e não política. Os representantes do movimento negro presentes argumentaram que não era uma questão pessoal de se o relator era ou não racista, *eles estavam referindo a um caso de justiça, de direitos. Argüiram sobre a constitucionalidade das cotas tanto por estarem amparadas em tratados internacionais, quanto por procurar corrigir uma situação real de discriminação e atingir uma igualdade de fato e não fictícia* (2007, p.12; gritos meus).

Sobre este episódio da primeira audiência com o TCE/RS das professoras entrevistadas a professora Lisiane lembra com mais detalhes, porque inclusive passou mal durante este momento:

(...) esse auditor que fez todo o processo contra nós, ele tentou argumentar de várias maneiras dizendo que ele não era racista porque porque todas as pessoas que trabalhavam para ele em cargos de menor prestígio social eram pessoas negras e ele convivia muito bem com essas pessoas. Quando ele falou aquilo, eu não me lembro quem foi que falou, “ah o teu cachorro que cor é?”, alguém falou era alguém do movimento negro, aí deu todo um tumulto lá, eu desmaiei na hora (risos) eu desmaiei e aí

quando eu acordei já estava em outra sala. *Porque eu fiquei tão nervosa com tudo aquilo que ele falou, pela primeira vez eu me choquei de verdade com as palavras de uma pessoa, eu não sei se aquilo foi maldade ou foi pura inocência, mas aquilo estava crivado de um racismo, de um preconceito, de uma distinção que até então eu nunca tinha sentido que eu era inferior a todo mundo,* "mas eu sou amigo dos negros, a minha babá do meu filho é negra..." mas os amigos não são negros, o teu cachorro pode ser, teu gato, mas...então, foi uma situação bem difícil. Eu me lembro que eu passei bem mal, que eu passei mal e desmaiei acho e quando eu acordei estava numa sala (...) (LISIANE, 2018).

No depoimento da professora Lisiane, principalmente na parte que destaquei, podemos ver o quanto aquela situação foi dolorosa, constrangedora e que teve efeitos não somente econômico, psicológico, profissional, mas também, biológico sobre o seu corpo; o sentimento de inferioridade, e podemos afirmar de desumanização, que a professora sentiu a partir dos argumentos do relator do TCE repercutiu como dores mentais, emocionais e físicas. Para os integrantes do Movimento Negro presentes na situação e para a professora Lisiane, a manifestação do auditor do TCE foi de caráter eufemista para tentar atenuar uma posição racista.

Mas, ao contrário do que foi apresentado pelo relator do TCE/RS, os argumentos expostos pelos representantes do Movimento Negro, conforme vimos na citação de López (2017) estavam amparados na concepção de Direitos Humanos discutidas internacionalmente. Flavia Piovesan (2005), visitando os debates da instituição dos direitos humanos desde a Declaração de 1948, informa que foi a partir do Direito Internacional dos Direitos Humanos, principalmente pela adoção de tratados internacionais, que as políticas afirmativas inserem-se: "nessa ótica determinados sujeitos de direitos, ou determinadas violações de direitos, exigem uma resposta específica e diferenciada" (p.39). Assim, o direito à igualdade e à diferença estão abarcados dentro dos direitos humanos.

Correlato à concepção de direitos humanos, o conceito de reparação histórica foi inserido e pautou a discussão do Movimento Negro organizado durante toda a Conferência de Durban em 2001. Segundo Carrillo (2005), na Declaração Final de Durban, o processo escravista foi julgado como um crime de lesa humanidade. Assim, seria responsabilidade do Estado e da sociedade em geral o passado de opressão racial e suas formas de reprodução que geram desigualdades raciais até a atualidade. Por isso, segundo a autora, as políticas de ações afirmativas para afrodescendentes nas Américas devem ser entendidas e analisadas dentro da perspectiva filosófica e política do conceito de reparação histórica.

Porém, na época de sua "argumentação técnica", o relator do TCE/RS estava realizando uma leitura restritiva da própria Constituição Federal e não estava considerando as decisões técnicas do Direito Internacional na qual o Brasil já era signatário naquele período, e que na época a PGM já compreendia ao recorrer a ação judicial. Naquele momento a Procuradora-Geral do Município era Mercedes Rodrigues, que construiu conjuntamente com o também Procurador Alexandre Molenda o Recurso de Embargo que foi publicado no mesmo ano do processo na Revista da PGM de Porto Alegre:

Ocorre que, recentemente, o Tribunal de Contas Estadual, ao examinar os atos de admissão de 10 (dez) professores, nomeados dentro da cota de vagas asseguradas a candidatos afro-brasileiros, negou registro a estes atos, por entender que a LCM nº 494/03 é inconstitucional. Inconformado com a decisão o Município, através da Procuradoria de Pessoal Estatutário, da Procuradoria-Geral do Município, em 11/08/06, apresentou recurso de embargos ao Pleno do Tribunal de Contas. O recurso ainda não foi julgado, o que se espera ocorra ainda em 2006 (MOLENDIA, 2006, p.239).

A argumentação recursal apresentada pela PGM e entregue ao TCE/RS no dia 11/08/2006 levou em conta acordos internacionais ratificados pelo Brasil, outros processos do STF e uma leitura não restritiva da Constituição Federal. As professoras afirmam não recordar de como se deu a argumentação na audiência final do processo, somente a professora Lisiane (2018) aponta que na audiência os votos dos auditores, em torno de 8 ela acredita, ficaram empatados e coube ao Presidente do TCE/RS dar o voto final que encaminhou pela constitucionalidade das cotas e da legalidade das nomeações.

Uma das estratégias elaboradas por essas cinco professoras foi ativar suas redes de contatos com a intenção de elaborar um processo mobilização para além da institucionalidade da Prefeitura. A outra foi tornar público este processo na imprensa, o que segundo a professora Lisiane foi:

Porque infelizmente neste país só se tem voz quando tu aparece, quando tu faz escândalo, quando tu faz passeata, quando tu vai e mostra a cara porque se não parece que esta tudo normal. O que eles queriam? Eles queriam nos tirar da Prefeitura, o Tribunal de Contas encontrou um erro apenas nos cotistas negros, não nos cotistas deficientes físicos, não no concurso em geral porque eu fiz o mesmo concurso que todo mundo a única coisa de critério era o critério racial e ele só achou problema ali (LISIANE, 2018).

O mesmo conta a professora Carolina (2017):

(...) não me passava pela cabeça acatar ou aceitar, não podia existir essa possibilidade, né, e o que a gente fez, mais do que...eu acho assim a questão de publicizar tudo, porque bom a gente tinha de rede social na época o Orkut, no Orkut a gente pegou e botou bronca, a gente saiu no correio do povo, a gente saiu na zero hora, a gente só não tinha a TV do nosso lado (risos), mas de todas as maneiras que a gente pode tornar público a gente tornou. Então, assim, bom se eles querem fazer isso eles vão fazer, mas vão fazer com todo mundo olhando.

Naquele contexto em que suas nomeações e a política estavam ameaçadas as professoras optaram por desenvolver uma estratégia de afirmação, divulgação e publicização da política de cotas. Assim, ao publicizarem tudo e "botar bronca" colocaram no debate amplo da cidade as políticas de ações afirmativas, que aquele momento, no entendimento das professoras, o que estava inconstitucional e injusto era a concepção de justiça que o TCE/RS apresentou através daquela ação judicial e por isso a sociedade deveria saber deste injusto processo. No processo de aprendizados desenvolvidos e as redes que conseguiram formar. A professora Jaqueline, cita um exemplo:

(...) há outras pessoas dos movimentos, dos diferentes movimentos, me lembro de um dia a gente estar participando de uma audiência pública na assembleia lá e eu estar sentada do lado do mestre Oliveira Silveira que eu sempre tinha ouvido falar, aí quando da passagem da lista de presença eu escrevo o meu nome e passo a folha para ele, vejo ele assinando e, nossa, eu digo assim "o senhor que é o Oliveira Silveira?" (risos) ...teve essas coisas, essas descobertas (...) imagina o precursor do negócio e vendo o trabalho dele...tentando puxar o tapete novamente, né (JAQUELINE, 2017).

Com certeza este deve ter sido um momento de grande emoção e aprendizado para estas professoras, poder conhecer o líder Oliveira Silveira que além de ser um dos agentes responsáveis pela instituição das cotas não só em Porto Alegre, mas no país inteiro, também foi o grande articulador para o estabelecimento da data 20 de novembro, Dia da Consciência Negra no Brasil. A professora Lisiane também destaca outros nomes:

(...) eu conheci o Maria Mulher, conheci o Volmir que acho que era do Movimento Negro Unificado, eu conheci um monte de gente de movimentos negros, eu conheci o Paulo Paim que se abalou lá de Brasília e veio para cá e conheci um monte de Vereador, de Deputado que a gente foi na Assembleia (LISIANE, 2018).

Desse modo, um dos pontos que ficou como comum da vivência deste processo foi a nova concepção em relação ao significado do

Movimento Negro para estas professoras, o que pode ser conferido no relato da professora Jaqueline:

(...) em relação a militância mesmo eu só vim me tocar quando teve essa questão do Tribunal de Contas, abri os olhos para o Movimento Negro que até então era uma coisa distante de mim(...) porque contato com o Movimento Negro foi ali a primeira vez, por causa que eu sempre ouvia falar mas eu sempre dizia assim ah o Movimento... o que eu ouvia falar (risos), "Movimento Negro acha que a gente sempre tem que usar as roupas africanas e acha que a gente não pode arrumar o nosso cabelo" –no caso, alisar, um pensamento bem colonizado– (risos), uma história bem embranquecida de que tinha que alisar o cabelo e de que não sei o que né...aí era essa a referência que eu tinha de Movimento Negro e aí eu vi que não era assim, de movimento social até (JAQUELINE, 2017).

No bojo do processo judicial e mobilização das professoras, elas continuaram em atuação nas escolas. Naquela ocasião a figura da professora e Assessora pedagógica de relações étnico-raciais na SMED Adriana Santos foi decisiva, principalmente no caso da professora Lisiane que sofreu ataques de uma colega na escola. Esta situação foi extremamente constrangedora para a professora Lisiane:

(...) ela acreditava que eu não era capaz. Até então eu era capaz, quando ela descobriu que eu era cotista ela decidiu que eu não era capaz e insuflou os alunos contra a minha pessoa, aí eu chamei a Adriana, fui na SMED, na época era a professora Marilu que era a Secretária de Educação, e a SMED abriu um processo de sindicância contra a colega (...) até o dia que foi a SMED de supetão lá e foi todo mundo do Movimento Negro, dos territórios Negros da SMED baixou lá e aí chamou todos os alunos e deram uma palestra sobre negritude e a importância de se ter professores negros como referência.

Quando questionei sobre como era o clima e debate nas suas escolas nesta ocasião, a professora Jaqueline afirmou que em uma das escolas não teve apoio político, mas que em outra, localizada no bairro Restinga teve amplo apoio da escola e dos próprios pais dos alunos. Mas, ela destaca a postura negativa dos colegas em relação a política de cotas:

(...) colegas dizendo "pra que cotas?", colegas que mudaram de posição depois de explicação, enfim...mudaram seu posicionamento, mas no início foi uma coisa muito "aí eu acho errado", que era tudo novidade também né, aí eles se posicionavam acham uma coisa que era errado "aí o negro não é inteligente para ter cota?", toda uma função de ver que as cotas é uma reparação histórica e não questão que tu não tenha capacidade cognitiva para conseguir um espaço, né (JAQUELINE, 2017).

É significativo observar na fala das professoras o posicionamento dos colegas professoras/es em relação as cotas, o que elas julgam que era devido ao desconhecimento da política naquele contexto, que como narrado pela professora Jaqueline "*depois de explicação, enfim...mudaram seu posicionamento*" (2017), mas esta mudança de posicionamento se deve em grande parte pelo debate que as próprias professoras cotistas proporcionaram na rede.

(...) e eu acho que a gente deixou uma marca, a gente mudou um pouco a cara da rede, né, com a ajuda obviamente na época da SMED que tinha a Adriana, então, agente movimentou, fez a discussão, a rede...começou a enxergar também e eu nunca vi na minha frente, mas eu sei que teve outras colegas cotistas que sofreram nas escolas, de colegas que falaram...na minha frente nunca falaram.

Quando as pessoas faziam o debate das cotas eram muito cruas, né, as pessoas que eram contra são muito cruas, é muito rasteiro o argumento...é muito rasteiro...aí vai desqualificar (...) as pessoas nem iam muito além, e eu sempre fui muito de fazer o debate, mas é isso (LUCIANE, 2017).

Como narrado pela professora Luciane as professoras cotistas "*deixaram uma marca*" e desenvolveram processos de aprendizagem na rede municipal de ensino. Quando questionei a professora Carla sobre o processo de construção da sua identidade de mulher negra, ela respondeu: "*(...) essa coisa assim, esse baque me caiu mesmo quando aconteceu essas coisas das cotas. Isso foi o tapão na cara! Essa coisa de ter que se engajar de ter que... esse foi o baque*" (CARLA, 2017). O significado de um ato de violência foi transgredido para um sentido político afirmativo, para um se dar conta da sua identidade política de ser mulher negra, para um tornar-se que não começou e nem encerrou naquele momento, assim como o processo educativo que desenvolveram na rede e que hoje elas reconhecem como uma potência:

E eu acho que esse processo todo nos ajudou para a gente...eu me sinto assim, parte da história de Porto Alegre, eu me sinto parte da história de Porto Alegre porque eu dei um baita de um passo, porque até então os professores de Porto Alegre eram os mais bem pagos e a minoria negra, era muito, muito minoria e agora não somos mais tão minoritários assim (...) (LISIANE, 2018)

Considerações Finais:

A partir dos excertos de algumas entrevistas citadas neste trabalho, pode-se verificar a multiplicidade de possibilidades de análises desta situação judicial política que ocorreu na cidade de Porto Alegre no ano de 2006. A análise empreendida na dissertação e em parte aqui trabalhada considera tanto o movimento social negro quanto o grupo das 6 colaboradoras desta pesquisa como agentes sociais que desenvolvem e fazem emergir uma epistemologias transgressoras na rede municipal de ensino de Porto Alegre e na sociedade como um todo, o que fica explícito na narrativa da professora Jaqueline quando afirmou que "*Eu era um palito de fósforo que ainda não tinha sido aceso*", pois segundo ela, depois desse processo ela desenvolveu uma compreensão do quando era político sua atuação enquanto professora nas escolas da rede municipal sendo mulher, negra e cotista, e a partir de então identificou que sua luta não era individualizada e sim estava localizada dentro de um processo coletivo.

Estas professoras ao tornar público o debate das cotas em um contexto que as políticas de ações afirmativas ainda estavam começando a serem implementadas nas universidades brasileiras foi com certeza uma grande inovação ao colocarem este como uma questão social, política, acadêmica e jurídica, o que reverberou alguns anos depois para a implementação da política de cotas no vestibular da UFRGS. Desta forma, essas mulheres quando optaram por transgredir os sentidos da lista negra de algo pejorativo para algo afirmativo e ao elaborarem estratégias coletivas de luta, se inserem dentro das epistemologias e resistências que o povo negro tem produzido historicamente no Brasil.

REFERÊNCIAS:

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004

ARAÚJO, Jurandir de Almeida. Racismo, violência e direitos humanos: pontos para o debate. In: **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 2, n. 1, p. 75-96, 2014.

CARDOSO, Cláudia Pons. A Construção da Identidade Feminista Negra: Experiências de Mulheres Negras Brasileiras. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero X (2013: Florianópolis, SC)**; anais eletrônicos; organizado por Jair Zandoná; Florianópolis: UFSC, 2013.

CARRILLO, Mónica. Ações Afirmativas e Afrodescendentes na América Latina: Análise de discursos, contra-discursos e estratégias. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Edições MEC/SECAD, 2005.

D'SOUZA, Radha. Las cárceles del conocimiento: investigación activista y revolución en la era de la "globalización". In: **Epistemologías del Sur (Perspectivas)**. Madrid: Akal, 2014.

FELIZARDO, Marina do Nascimento Neves et al. Negras Marias: memórias e identidades de professoras de história. 2009. Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-Graduação em Educação; UFJF. Juiz de Fora, 2009.

GOMES, Nilma Lino. A trajetória escolar de professoras negras e sua incidência na construção da identidade racial: Um estudo de caso em uma escola Municipal de Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado- Faculdade de Educação de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1994.

_____. Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Minas Gerais; Editora Vozes, 2017.

LEMOS, Rosalia de Oliveira. Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha Das Mulheres Negras 2015: Uma Análise das Feministas Negras Brasileiras sobre Políticas Públicas. Tese de Doutorado- política social. UFF; 2016.

LÓPEZ, Laura. Mediações políticas e disputas em torno das cotas para afro-brasileiros no serviço público em Porto Alegre-RS. In **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2007, Recife. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007.

MEINERZ, Carla Beatriz. Adolescentes no pátio: outra maneira de viver a escola. Porto Alegre: Ed. UniRitter, 2009.

MOLENDAS, Alexandre. Afro-brasileiros. Lei Complementar Municipal nº 494/03: Reserva de Vagas. Tribunal de Contas Estadual: Negativa de Registro de Atos Admissionais. Recursos de Embargos: Constitucionalidade das Ações Afirmativas. In: **Revista da Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre**. Porto Alegre: CEDIM, n. 20, nov. 2006

NASCIMENTO, Cleonice Ferreira do. Histórias de Vida de Professoras Negras: trajetórias de sucesso. Cuiabá: EDUFMT, 2013.

PINTO, Elisabete Aparecida. Etnicidade, gênero e educação: Trajetória de Vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991); SÃO PAULO: Editora Anita Garibaldi, 2015.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas sobre a perspectiva dos direitos humanos. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, Nadir; (orgs.) **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia de educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

[1] Os dados referem-se a pesquisas apresentados pelos seguintes órgãos: Balanço do Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher/2015, SIM/Ministério da Saúde/2015, Cadernos de Saúde Pública 30/2014/Fiocruz, Diagnóstico dos homicídios no Brasil (Ministério da Justiça/2015) e Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil (Flacso, OPAS-OMS, ONU Mulheres, SPM/2015). Todos esses dados estão reunidos no *site* da Agência Patrícia Galvão, disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-e-racismo/>> Acesso em 19/02/2018.

[2] Aqui cabe uma importante explicação: Seguindo os princípios já elencados da pesquisa ativista, durante a realização da investigação, enquanto pesquisadora responsável entrei em diálogo e acordo com as professoras colaboradoras por manterem seus nomes verídicos tanto no texto da dissertação, quanto nas suas publicações resultantes, visando garantir e tornar público seus protagonismos e ações políticas durante o processo judicial. Todas as professoras assinaram o Termo de Consentimento onde autorizavam a publicação de seus nomes.

[3] VALIM, Jaisson. TCE considera ilegais cotas para negros em concursos. Zero Hora, Porto Alegre,

26 jul. 2006.